



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000281943

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1005058-66.2022.8.26.0625/50001, da Comarca de Taubaté, em que é embargante JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR, é embargado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MAGALHÃES COELHO (Presidente), LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ E RUBENS RIHL.

São Paulo, 25 de março de 2025.

MAGALHÃES COELHO

Relator

Assinatura Eletrônica

**Embargos de Declaração Cível nº 1005058-66.2022.8.26.0625/50001 -
Comarca de Taubaté**

Embargante: José Antonio Saud Junior

Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo

**Interessados: Município de Taubaté e Aorta Comunicação e Eventos
Ltda**

Voto nº 66006

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade – Prequestionamento viabilizador de instância superior – Rediscussão de matéria já julgada, emprestando-lhes evidente efeito infringente – Recurso rejeitado.

I. Embargos de Declaração interpostos por **José Antonio Saud Junior**, ex-Prefeito Municipal de Taubaté, em face do acórdão proferido no âmbito da Ação Civil de Improbidade Administrativa movida pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo**, sob a alegação de que o v. acórdão teria deixado de enfrentar questões essenciais, além de apresentar incongruências na fundamentação. A primeira omissão diria respeito à não consideração da Lei Federal nº 14.124/2021, legislação que autorizava contratações emergenciais sem licitação para serviços relacionados à pandemia de Covid-19. O embargante sustenta que o contrato emergencial questionado se amparava expressamente nessa norma, o que, por si só, afastaria qualquer ilegalidade. No entanto, o acórdão teria ignorado a aplicabilidade dessa legislação, baseando-

se exclusivamente em normas gerais sobre contratações públicas, como a Lei nº 12.232/2010 e a Lei nº 14.133/2021. Além disso, os embargos apontam obscuridade e contradição na caracterização do dolo do Prefeito. A defesa rebate tais alegações, destacando que a contratação não ocorreu de forma direcionada, pois foram consultadas mais de 50 empresas para a pesquisa de preços. Outro ponto de questionamento refere-se à presunção de prejuízo ao erário adotada pelo acórdão embargado. De acordo com a defesa, a nova redação da Lei de Improbidade Administrativa, trazida pela Lei nº 14.230/2021, exige a efetiva comprovação do dano, não sendo mais admitida a presunção automática de prejuízo. Por fim, os embargos também apontam omissão e obscuridade na dosimetria das sanções aplicadas.

II. Diante dessas alegações, a embargante requer o acolhimento dos embargos de declaração com efeitos modificativos, para que sejam reconhecidas e corrigidas as omissões apontadas. Subsidiariamente, solicita o prequestionamento das matérias suscitadas, com vistas à futura interposição de recursos especial e extraordinário.

É o relatório.

O acórdão embargado não se ressentir da contradição, omissão ou obscuridade apontadas.

O acórdão apreciou as questões submetidas a julgamento, ainda que possa não ter feito referência expressa a certo e determinado dispositivo legal.

O que se verifica, portanto, ante a clareza dos fundamentos do acórdão, é que a embargante pretende, em verdade, por via dos embargos declaratórios, rediscutir matéria já julgada, emprestando-lhes evidente efeito infringente, o que é vedado.

Se há descompasso entre a tese defendida pela embargante e aquela acolhida pelo acórdão, restam-lhes o caminho dos recursos constitucionais, acaso cabíveis na hipótese em exame.

O eventual inconformismo daquele que foi vencido no processo, há de se dar pela utilização adequada do sistema de recursos previsto na legislação processual e, se acaso, cabíveis.

O que não se pode admitir é que pretendam a rediscussão de matéria já decidida, pretextando o prequestionamento viabilizador de Instância Superior.

Assim como não se acolhe embargos de declaração apenas com efeito de prequestionamento viabilizador de recursos para os Tribunais Superiores, também não se admite para a

remissão a dispositivos ou textos da legislação em que se apoia os fundamentos da decisão embargada.

Sobre essa questão já decidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme ementa que segue:

“Não cabe ao Juiz decidir, de forma a atender o prequestionamento, no interesse da parte que vai recorrer. Sua função está na efetiva prestação jurisdicional a qual está obrigado, devendo fazê-la de acordo com a lei, e não com a vontade da parte. (TRT 3ª R. – 3ª T. – E.D. 41.292/96 - Ap. 01610/96 – Rel. Antonio A. da Silva – DJMG 19.11.96)”.

Para eventual efeito, considera-se prequestionada toda a matéria objeto dos embargos declaratórios, **ressaltando-se, por fim, que a oposição de novos embargos declaratórios, que apenas rediscutam os fundamentos da decisão, será considerada protelatória.**

Daí o porquê, rejeitam-se os embargos declaratórios.

MAGALHÃES COELHO

Relator